

*Um Problema de Linguagem em Santo Agostinho e Santo Anselmo. Uma conexão entre os dois filósofos à luz das obras **De Magistro**, **Proslogion**, **Pro Insipiente** e **Responsio Editoris**.*

## **Carlos Sacramento**

Curso de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

### 1. Introdução

Santo Agostinho (354-430) e Santo Anselmo (1033-1109) são duas referências incontestáveis da filosofia medieval embora distanciados por alguns séculos. É meu objectivo no presente ensaio encontrar os possíveis pontos de conexão entre estes dois pensadores. Para tal desafio teremos como referência duas obras de magistral importância na filosofia do Ocidente: *O Mestre*<sup>1</sup> (*De Magistro* no original em latim) de S. Agostinho e o *Proslogion*<sup>2</sup> de Anselmo de Aosta ou de Cantuária, do qual se segue uma crítica ao argumento anselmiano por parte do monge Gaunilo de Marmoutier num pequeno opúsculo intitulado *Livro em Favor de um Insensato (Pro Insipiente)*. Anselmo respondeu às críticas deste monge também num pequeno opúsculo designado de *Livro Apologético (Responsio Editoris)*, enriquecendo, deste modo, a argumentação exposta no *Proslogion*.

*O Mestre* de Agostinho é um estudo sobre o valor da linguagem que visa descobrir, através da dialéctica com o seu filho, Adeodato, até que ponto este utensílio (subentenda-se a linguagem) pode dar-nos o conhecimento da realidade. Por outro lado, o *Proslogion* de Anselmo é uma alocução, nas palavras do próprio, em que o filósofo procura pela sua própria razão reflectir sobre a sua crença em Deus e descobrir os fundamentos dessa mesma crença. Esta obra tem como principal trunfo o que Kant designou, para a posteridade, de “argumento ontológico”<sup>3</sup>, i.e., um argumento que visa demonstrar a existência de Deus pelo seu conceito, *a priori*, mas é de realçar que o seu carácter apriorístico é negado por muitos especialistas na matéria. Agostinho evolui na sua dialéctica desde o plano gramatical até ao plano epistemológico culminando com a doutrina do Mestre interior. Enquanto que Anselmo procura, reflectindo pela sua razão, demonstrar a existência desse *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*<sup>4</sup> cujo sinónimo é Deus.

### 2. Santo Anselmo e Santo Agostinho acerca da existência de Deus

---

<sup>1</sup> Agostinho, Santo, *O Mestre (De Magistro)*, Introdução e comentários de Maria Leonor Xavier, Tradução de António Soares Pinheiro, Porto, Porto Editora, 1995.

<sup>2</sup> Anselmo, Santo, *Proslogion* seguido do *Livro em Favor de um Insensato (Pro Insipiente)*, de Gaunilo, e do *Livro Apologético (Responsio Editoris)*, de Anselmo, Tradução, introdução e comentários de Costa Macedo, Porto, Porto Editora, 1996.

<sup>3</sup> Se o argumento anselmiano é ou não ontológico tal depende da definição de argumento ontológico pois ainda nos nossos dias é posto em causa se este argumento pode ser considerado ontológico na acepção kantiana e a resposta parece ser negativa.

Cf. Xavier, M. L., «O Argumento Ontológico: Kant e Santo Anselmo», in *Religião, História e Razão da Aufklärung ao Romantismo*, coord. de M. J. Carmo Ferreira e L. Ribeiro dos Santos, Lisboa, Edições Colibri/Dep. de Filosofia da FLUL, 1994, pp.107-123.

<sup>4</sup> *Id quo maius cogitari nequit.*

Santo Anselmo é, segundo as suas próprias palavras, “alguém que se esforça por elevar a sua mente à contemplação de Deus e que procura entender aquilo em que acredita” (*Proslogion*, próêmio, p.20, 5-7). Tal como Agostinho, ele crê e depois procura entender aquilo em que acredita. Dois homens de fé em busca da razão. Deste modo, Anselmo procura numa investigação filosófica demonstrar a validade da sua crença na existência de Deus, mas Anselmo quer também demonstrar que Deus existe necessariamente independentemente de alguém acreditar ou não na sua existência. Assim, compreende-se que a melhor maneira de começar a teorizar para provar a existência de Deus, é começar por aqueles que negam a sua existência, ou seja, os designados insipientes. Por outro lado, Agostinho, na obra *De Magistro*, não se encarrega de provar a existência de Deus mas incita-nos a procurá-lo no nosso interior à luz da doutrina do Mestre interior, bem como as verdades mais universais, ou seja, as verdades inteligíveis como os valores morais.

A crença em Deus é algo de muito comum e natural na era medieval e Anselmo tal como Agostinho também participam desta crença, mas o filósofo de Aosta certamente apercebeu-se que o termo “Deus” não é o melhor para ser utilizado num argumento que visa provar a sua existência. Ora, é neste ponto que reside a sua originalidade e genialidade pois *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* é algo que se compreende ao passo que a palavra “Deus” pode tornar-se ininteligível à maioria e ser considerada uma palavra vazia, i.e., sem significado ou referência. Afinal em que pensamos quando ouvimos a palavra Deus?

S. Agostinho em *De Magistro* alerta-nos para a importância desta relação entre a palavra e a coisa que a palavra significa, pois também a referência de Deus não se pode abstrair de ser alvo de discussão. O próprio Agostinho no Livro II do *Diálogo Sobre o Livre Arbítrio (De Libero Arbitrio)* já tinha intuído uma espécie de formulação semelhante à expressão de Deus anselmiana<sup>5</sup>, mas talvez o bispo de Hipona não se tivesse apercebido do argumento lógico que poderia ter construído ou simplesmente não quis enveredar por tal caminho. É visível, portanto, a influência agustiniana em Anselmo mas é de realçar que Anselmo destaca-se de Agostinho pela sua profundidade analítica pois os atributos de Deus já são conhecidos pela fé e pelas sagradas escrituras, mas Anselmo fá-las deduzir de uma premissa estritamente racional e não de uma crença pessoal que pode apenas ser compreendida por poucos<sup>6</sup>. Mas também não podemos deixar de atribuir mérito a Agostinho, não só pela influência que exerceu sobre Anselmo mas também pela sua teoria do conhecimento. Embora estes dois autores partilhem da mesma crença, encontramos em ambos diferenças. Em Agostinho encontramos uma metafísica mais intuitiva; em Anselmo temos uma metafísica mais analítica. Devido aos vários séculos que separam ambos os autores não os poderemos confrontar directamente mas ainda assim procurarei relacioná-los sempre que possível.

---

<sup>5</sup> “EVÓDIO – Reconhecerei, com certeza, que Deus é o ser em relação ao qual se estabeleça que nada é superior” (*De Libero Arbitrio*, Livro II, VI, 14).

Agostinho, Santo, *Diálogo Sobre o Livre Arbítrio (De Libero Arbitrio)*, Tradução e introdução de Paula Oliveira e Silva, Revisão da tradução de Paulo Farmhouse Alberto, ed. Bilingue, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.

“*Summum bonum omnino et quo esse aut cogitari melius nihil possit, aut intelligendus aut credendus Deus est...*” (“Deve entender-se ou acreditar-se que Deus é o sumo bem, melhor do que o qual nada pode existir ou pensar-se”). *De moribus manichaeorum*, Lib. II, Cap.11, sec.24.

<sup>6</sup> O próprio Anselmo apercebeu-se da força que continha a sua expressão.

“Tanta força, pois, contém em si o significado dessa expressão que isso mesmo que é dito, por isso mesmo que é entendido ou pensado, prova-se necessariamente não só que existe na realidade mas que também é tudo quanto é necessário acreditar acerca da divina substância” (*Responsio Editoris*, cap. X, p.62-63).

Anselmo parte, portanto, de premissas racionais. Tudo o que existe na realidade e no pensamento é *maior* do que o que existe só no pensamento, logo se Deus é *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* então Deus tem de existir não só no pensamento mas também na realidade sob pena de contradição. Ora vejamos, na realidade existem muitas coisas e qualquer uma delas é maior do que o que está só no pensamento e por isso mesmo é que *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* tem que existir não só no pensamento mas também na realidade para poder manter o seu estatuto de “maior”<sup>7</sup>. Parece ser óbvio que ser<sup>8</sup> no intelecto (*in intellectu*) e ser na realidade (*in re*) é melhor do que ser-se apenas em um dos casos<sup>9</sup>.

Portanto, a argumentação anselmiana conduz-nos a reflectir sobre o existir no pensamento e o existir na realidade. Agostinho também nos propõe o mesmo tipo de reflexão acerca da sua teoria da significação. Mas o que Anselmo procura demonstrar é que o *maior pensável* tem que coincidir com o *maior existente*<sup>10</sup>, de modo a não ficarmos comprometidos ontologicamente com seres que sabemos, ou pelo menos temos a forte crença pela experiência, não existirem como é o caso do gigante Adamastor ou dos Unicórnios, embora haja uma forte tendência para ver Deus englobado nesta classe da imaginação em vez da razão. Tais equívocos ficam dissipados pelo argumento anselmiano. A expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* é para a razão o que a palavra Deus é para a religião, e assim o ateu ou agnóstico não tem como negar a existência de Deus porque o que é negado é-o em função de uma má significação do conceito com a realidade que pretende representar pois a expressão que o ateu ouve é-lhe acessível à razão.<sup>11</sup> Mas isto também não quer dizer que sejamos obrigados a aceitar o argumento anselmiano ou que o ateu não tenha uma palavra a dizer.

Anselmo enfrenta o mesmo tipo de problemas no *Proslogion* que Agostinho enfrentara em *De Magistro*. Enquanto que o hiponense procura descobrir uma linguagem que interprete correctamente a realidade ou que seja um conhecimento da mesma; por outro lado, Anselmo procura uma expressão adequada para designar Deus e que prove a sua necessária existência. Portanto, reparamos que ambos os filósofos se deparam com um problema que diz respeito à filosofia da linguagem, não obstante a obra anselmiana ser de cariz mais ontológico enquanto que a obra de Agostinho se inclina mais para o campo epistemológico.

### 3. A estrutura do argumento anselmiano

Passemos agora a uma breve esquematização do argumento anselmiano:

---

<sup>7</sup> “Ora, o que é tal que não se pode conceber nada maior não pode existir apenas na inteligência. De facto, existir na realidade é ser maior do que existir apenas na inteligência”.

Gilson, Etienne, *A Filosofia na Idade Média*, Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2001. A citação desta obra foi alterada da sua tradução do francês, por parte de E. Brandão, em português do Brasil para o português ibérico. Esta alteração é da minha inteira responsabilidade.

<sup>8</sup> Ser (*esse*) e existir (*existere*) são permutáveis no texto do *Proslogion*.

<sup>9</sup> Cf. Xavier, M. L., «O argumento anselmiano: um argumento ontológico?», in *Revista Ágora Filosófica*. Revista Semestral do Departamento de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, Ano 1 (Recife, 2001) n.º2, pp.66-81.

<sup>10</sup> Cf. Mesquita, A. P., «O Conflito das Racionalidades: A Propósito da Crítica Kantiana do Argumento Ontológico», in *Religião, História e Razão da Aufklärung ao Romantismo*, coord. de M. J. do Carmo Ferreira e L. Ribeiro dos Santos, Lisboa, Edições Colibri/ Centro e Departamento de Filosofia da FLUL, 1994, pp.125-146.

<sup>11</sup> “De facto, quem não entende isso se for dito numa língua conhecida ou não tem entendimento, ou tem demasiado fechado” (*Responsio Editoris*, cap. II, p.55, 23-24).

- 1) Para Anselmo, Deus é o maior que se pode pensar e portanto deve ser referido como *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*;
- 2) ao ouvir a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*, o ateu ou insipiente entende de algum modo a expressão que ouve;
- 3) o que entende está no seu intelecto ainda que não entenda que tal existe pois “uma coisa é algo estar no intelecto, outra é entender que esse algo existe” (*Pros.*, cap. II, p.23, 15-16).

Para distinguir entre ser no intelecto e ser na realidade, Anselmo dá o exemplo de um pintor que concebe uma obra que só compreende existir após a passagem da sua potência a acto. Ora vejamos, o pintor antes de construir a sua obra tem na mente a ideia do objecto mas ainda não compreende a sua existência, só quando vê a construção da sua obra concretizada é que percebe a existência do que já antes tinha impresso no seu entendimento e que não entendia como existente no real. Anselmo utiliza este exemplo “**apenas** para poder mostrar que no intelecto está algo que não se entende como existente na realidade” (*Responsio Editoris*, cap. VIII, p.61, 5-6, **sublinhado nosso**). A partir deste exemplo, Anselmo parte para a existência necessária de *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* do seguinte modo:

- a) se, aquilo *maior do que o qual nada pode ser pensado* o é de facto, então não pode existir apenas no intelecto;
- b) pois se aquilo *maior do que o qual nada pode ser pensado* está apenas no intelecto, então “pode pensar-se que existe na realidade, **o que é ser maior**” (*Pros.*, cap. II, p.23, 21-22, **sublinhado nosso**);
- c) logo, *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* tem que existir não só no intelecto mas também na realidade, pois se existisse apenas no intelecto então haveria *algo maior* do que *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*, o que entraria em contradição com o que ficou anteriormente estabelecido (Cf. *Pros.*, cap. II, p.23, 15-26).

Provada a existência de *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*, Anselmo parte para os seus predicados que se seguem consequentemente de ser-se *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*. Torna-se agora fácil entender, à luz da lógica do argumento, que ser *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* é ser tudo aquilo que é preferível ser do que não ser<sup>12</sup>.

Assim, no cap. III, Anselmo mostra que Deus não pode ser pensado como não existente. “Na verdade, **pode pensar-se que existe algo que não possa pensar-se como não existente**. Ora, isso é maior do que aquilo que pode pensar-se como não existente” (*Pros.*, cap. III, p.24, **sublinhado nosso**). Isto equivale a dizer que Deus é algo que não se pode pensar como não existente porque pode pensar-se algo que seja tal, este é um privilégio exclusivo de ser-se o *maior pensável*.

Nos restantes capítulos do *Proslogion*, o filósofo de Aosta dedica-se a analisar os vários atributos de Deus<sup>13</sup> e a tentar perceber-los como deduções da sua premissa inicial.

No cap. IV do *Proslogion*, encontramos uma afinidade com a obra de Agostinho na medida em que Anselmo se apercebe dos possíveis equívocos de referência que se

<sup>12</sup> “És verdadeiramente sensível, onipotente, misericordioso e impassível, assim como vivente, sábio, bom, feliz, eterno e tudo quanto é melhor ser do que não ser” (*Pros.*, cap. XI, p.30, 1-3). Através dos atributos vemos a sinonímia que se estabelece entre a palavra Deus e a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*.

<sup>13</sup> “Sem dúvida, Tu és a vida, És a sabedoria, És a verdade, És a bondade, És a beatitude, És a eternidade e És o verdadeiro bem” (*Pros.*, cap. XVIII, p.34, 2-3).

podem estabelecer com a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*. “De uma maneira é pensada uma realidade quando é pensada a voz que a significa, e doutra maneira, quando se entende isso mesmo que tal realidade é. Daquele modo, posso pensar que Deus não existe, mas não deste outro modo. Realmente, ninguém que entenda o que Deus é pode pensar que Deus não existe, ainda que diga estas palavras no seu coração ou sem nenhum significado, ou com um significado inadequado” (*Pros.*, cap.IV, p.24, 22-28). Constatamos pelas palavras de Anselmo que ele próprio já tinha intuído a provável falta de compreensão da sua expressão e como esta estaria sujeita a significações erradas ou simplesmente incompreendidas, tal como Agostinho nos alerta em *De Magistro* para o equívoco que pode surgir com as palavras que às vezes escutamos e que não compreendemos ou quando lhes atribuímos um significado diferente daquele que na verdade têm.

Anselmo demonstra, assim, que a palavra Deus e a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* são sinónimos mas que não são apreendidos da mesma maneira por quem ouve tais palavras.

#### 4. Sinopse de *De Magistro* e a crítica de Gaunilo à referência da expressão anselmiana

O que havemos nós de pensar quando o próprio Anselmo nos diz que a existência de Deus é bastante “acessível à mente racional” (*Pros.*, cap. III, p.24, 14-16). Certamente que Agostinho não teria problemas em concordar com tal afirmação mas será que concordaria com as supostas “provas” do argumento anselmiano? Já vimos que o poder lógico do argumento de Anselmo é extremamente aliciante e sedutor mas encontrou opositores. Um contemporâneo de Anselmo chamado Gaunilo de Marmoutier, que não obstante partilhar da mesma crença em Deus, não concordou com a demonstração da sua existência. Ora, as críticas feitas por este monge, embora algumas sejam facilmente respondidas por Anselmo, demonstram um forte conhecimento e influência de S. Agostinho, que aliás possivelmente teria feito as mesmas críticas ao argumento anselmiano, pois uma dessas críticas é concernente às palavras e às coisas por elas significadas.

Mas, ainda antes da disputa entre estes dois monges já Santo Agostinho, na obra *De Magistro*, tinha-se encarregado de levantar os problemas inerentes à relação entre as palavras e a realidade que estas pretendem representar. A grande questão para Agostinho, nesta obra, é descobrir o valor da linguagem e a fidedignidade com que ela representa a realidade. Poderá a linguagem dar-nos o conhecimento da realidade?

Segundo Agostinho, as palavras só têm utilidade quando estão ao serviço do conhecimento, ou seja, quando funcionam como sinais<sup>14</sup>. A função das palavras e a sua razão de ser é significar algo na realidade. Através das palavras o ouvinte faz a associação do som da palavra com a imagem que retém na memória e que está habituado a associar a uma palavra com um certo nome e som<sup>15</sup>. As palavras (*verbum*) são, mediante esta relação de significação, catalogadas e usadas como nomes (*nomen*). Há uma condição necessária, em relação ao conhecimento, de as palavras serem usadas como nomes porque a palavra sem significação é apenas um som escutado pelos ouvidos, e como tal deixa de ser palavra porque só o é quando significa algo. Quando

---

<sup>14</sup> “ (...) as palavras são apenas sinais, e que não podem ser sinais as coisas que nada significam (...)” (*De Magistro*, cap. VII, p.76, 7-8).

<sup>15</sup> “ (...) tudo o que é emitido com voz articulada e algum significado não só percuta o ouvido, para poder ser sensoriado, como também é confiado à memória, para poder ser conhecido” (*De Magistro*, cap. V, p.69, 26-28).

uma palavra é conotada com um nome, então passa a ser ouvida como referência a algo e aí funciona como um signo e tem uma função específica. É deste último modo que as palavras, i.e., enquanto nomes, advertem para o conhecimento das realidades que significam.

Mas, a linguagem exige o conhecimento prévio da coisa significada pela palavra e que é primeiramente apreendida pelos sentidos. Só após a apreensão da coisa pelos sentidos é que vamos associá-la a uma palavra que tem um determinado som<sup>16</sup>. Assim se dá o processo cognitivo.

Agostinho quer conhecer a realidade das coisas que as palavras mostram e não as palavras. Portanto, a grande questão é saber qual a maneira mais rápida ou directa de acedermos ao conhecimento da realidade. Até onde chega o valor da linguagem no processo cognitivo?

A linguagem apenas adverte o homem a buscar o conhecimento das coisas quando ainda não o tem. Se o ouvinte já possuir um conhecimento prévio da palavra que ouve, então ele vai rememorar o que já conhece. É óbvio que as palavras em si nada dizem se não tiverem referência a algo ou se não forem compreendidas por quem as ouve como é, segundo Agostinho e Anselmo, o caso do ateu que “disse no seu coração: não há Deus” (*Pros.*, cap. II, p.23, 10-11).

Perante estas adversidades, será a fala capaz de mostrar a verdade do que é dito? É evidente que o próprio processo comunicativo usado por palavras pode originar equívocos e Agostinho não se cansa de evidenciar este aspecto. Por esta razão existe uma lei da fala (*loquendi regula*)<sup>17</sup> que faz com que as palavras sejam compreendidas por quem as ouve. Agostinho chega à conclusão de que os sentidos é que nos mostram directamente aquilo a que as palavras se referem quando se trata de fenómenos do mundo sensível, mas se queremos apreender as verdades inteligíveis como Deus, então deveremos consultar o Mestre interior<sup>18</sup>.

Parece haver uma desvalorização de Agostinho em relação às palavras mas o papel valorativo da linguagem é recuperado através de Cristo, que funciona como Mestre interior, o mediador entre as palavras (exterior) e as verdades inteligíveis (que devem ser procuradas no interior). Cristo através de palavras adverte (*admonere*) o homem a procurar as verdades inteligíveis no seu interior.

Constatamos, portanto, que a respeito do que não conhecemos pelos sentidos a eficácia das palavras é a mesma em relação ao que conhecemos directamente pelos sentidos, i.e., apenas advertem ou incitam a procurar o conhecimento. Após esta breve sinopse de *De Magistro* de Agostinho perceberemos melhor as críticas que Gaunilo faz à referência ou correspondência real do *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*.

Como já foi mencionado, a grande maioria das críticas que Gaunilo faz à argumentação anselmiana no *Pro Insipiente* são facilmente respondíveis no *Responsio Editoris*, embora algumas das críticas já se encontrassem respondidas no próprio *Proslogion*, revelando alguma distração por parte de Gaunilo. E por isso iremos apenas

---

<sup>16</sup> “ (...) a memória, a que estão inerentes as palavras, resolvendo-as faz vir ao espírito as próprias coisas, de que as palavras são sinais” (*De Magistro*, cap. I, p.59).

<sup>17</sup> “ ADEODATO – (...) Mas por que nos fere então o espírito quando se diz - «portanto não és homem» - uma vez que, segundo o que foi admitido, nada de mais verdadeiro se podia dizer?

AGOSTINHO – Porque não posso deixar de supor, apenas soam tais palavras, que a conclusão se refere ao que é significado por essas duas sílabas, em virtude daquela lei que tem muita força na ordem da natureza, a saber, que, ouvidos os sinais, o pensamento se dirija para as coisas significadas” (*De Magistro*, cap. X, p.83, 15-22).

<sup>18</sup> “ (...) quem fala mostra exteriormente o sinal da sua vontade, por meio dum som articulado. Deus porém deve-se procurar e suplicar no íntimo da alma racional, o qual se denomina - «o homem interior»” (*De Magistro*, cap. I, p.58, 26-29).

deter-nos naquelas que nos parecem mais relevantes como é o caso do problema da referência da expressão de Deus anselmiana.

Gaunilo começa por objectar que (1) *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* não está sequer no intelecto e depois diz (2) que não é possível encontrar a existência que lhe corresponde. Em relação à primeira crítica, Gaunilo diz-nos que da mesma maneira que ao ouvir a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* a compreendo e tenho no intelecto, também pelo mesmo raciocínio poderia ouvir dizer coisas falsas ou que simplesmente não existem e compreendê-las, logo estariam também no meu intelecto do mesmo modo que a expressão anselmiana<sup>19</sup>. Gaunilo quer assim mostrar que só por estar no intelecto não se segue que exista na realidade (Cf. *Pro Insipiente*, ponto 2, p.45-46). Gaunilo distingue pensar e entender<sup>20</sup> relegando, assim, a expressão anselmiana para o campo do pensamento e não para o entendimento, de modo que *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* nem sequer está no intelecto porque uma coisa é pensá-la e outra é entendê-la.

Em relação à segunda crítica, Gaunilo diz que ao ouvir a expressão que designa Deus não consegue pensá-la ou entendê-la segundo as realidades conhecidas a partir da espécie ou do género. Aliás, para Agostinho as realidades conhecidas a partir das espécies e dos géneros fazem com que as palavras funcionem de maneira transitiva, i.e., que se refiram a algo na realidade em vez de se referirem a elas mesmas (o que seria uma função reflexiva). Deste modo, evita-se mais facilmente os equívocos a que correntemente nos sujeitamos ao comunicarmos uns com os outros. Assim quando ouvimos a palavra «homem» pensamos logo na espécie em vez de pensarmos meramente na palavra «homem». Gaunilo pensa também que não se pode conjecturar a realidade da expressão de Anselmo devido a este afirmar que não há nada semelhante a Deus.

O que este monge pretende focar é que enquanto as realidades conhecidas a partir da espécie ou do género são facilmente reconhecidas, pelo menos são-no segundo a *loquendi regula* de que Agostinho nos fala; por outro lado, ao ouvir a expressão anselmiana nenhuma realidade é-lhe conhecida “a não ser segundo o mero som da voz, segundo a qual, tomado isoladamente, dificilmente ou nunca pode pensar-se algo verdadeiro” (*Pro Insipiente*, ponto 4, p.47, 21-23). Acrescente-se ainda o facto de que, para além da afinidade da expressão de Anselmo com o mundo real, temos ainda o problema de que tal expressão pode ter as mais variadas interpretações devido à sua inexacta referência. A crítica de Gaunilo é bastante pertinente porque uma coisa é um argumento ter uma estrutura compreensível segundo o modo natural de raciocinar, o modo lógico (forma); e outra coisa é a coerência semântica, ou seja, a correspondência real a que esse argumento se refere. Ainda assim, Gaunilo cometeu um erro de interpretação da fórmula anselmiana ao referi-la como o “maior de todos” pois esta expressão não tem a mesma força de *algo maior do que o qual nada pode ser*

---

<sup>19</sup> “ (...) que aquela entidade seja tal que, uma vez pensada, não possa deixar de ser apreendida por um intelecto, certo da sua indubitável existência, deve ser-me provado por um argumento irrefutável, não porém por este segundo o qual isto já está no meu intelecto quando, uma vez ouvido, o entendo. Ora, neste mesmo intelecto, ainda julgo poder haver quaisquer outras coisas incertas ou mesmo falsas, ditas por alguém cujas palavras entendesse e ainda mais se, como acontece várias vezes, acreditasse nelas, eu que nisto ainda não acredito” (*Pro Insipiente*, ponto 2, p.46, 11-18).

<sup>20</sup> “ (...) pensar não é o mesmo que apreender intelectualmente. As coisas que se apreendem intelectualmente como verdadeiras são apreendidas como existentes por esta faculdade que é o intelecto. Assim, Gaunilo logo de início pretende corrigir (ou pensa que o faz) a linguagem de S. Anselmo, demarcando pensar e entender (que engloba o conhecimento)”.

Cf. Anexos, com notas de Costa Macedo, da edição portuguesa referida do *Proslogion*, p.91.

*pensado*<sup>21</sup>, o que enfraquece de certo modo algumas das suas críticas (Cf. *Pro Insipiente*, ponto 5., p.48).

## 5. A resposta anselmiana e considerações augustinianas

Anselmo, se dúvidas ainda restassem, consolidou a força dos seus argumentos ao responder às críticas de Gaunilo no pequeno opúsculo *Responsio Editoris*.

Quanto à primeira crítica de Gaunilo, que a expressão anselmiana não está no intelecto, Anselmo apela a Gaunilo para a sua própria experiência mental como crente. Ironicamente até se poderia dizer que nesta resposta, Anselmo assume o papel de Mestre interior ao advertir com palavras o monge a encontrar no seu interior a verdade daquilo em que crê, ou seja, que Deus existe. Tal como Agostinho afirma em *De Magistro*: “Quando, porém, se trata de coisas que vemos por meio da mente, isto é, por meio do intelecto e da razão, falamos realmente de coisas que contemplamos presentes nessa luz interior da Verdade, de que é iluminado e goza aquele que se denomina «homem interior». Mas ainda então o nosso ouvinte, se também ele as vê por meio dessa visão íntima e pura, conhece pela sua contemplação o que eu digo e não pelas minhas palavras” (*De Magistro*, cap. XII, p.94, 9-14). Quanto a esta primeira objecção de Gaunilo, o filósofo de Cantuária não pode fazer mais do que este apelo ao interior independentemente de haver alguma realidade que lhe corresponda mas certamente os crentes em Deus dão algum sentido à palavra «Deus» quando se lhe referem. Anselmo vê esse sentido na expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* (Cf. anexos, com notas de Costa Macedo, da obra *Proslogion*, p.91-92). Certamente que é mais fácil para um crente aceitar a expressão anselmiana do que um ateu ou agnóstico devido à experiência psicológica da fé. Mas para Anselmo basta que a expressão seja compreendida por alguns e não por todos necessariamente.

Mas sabemos que, pelo menos, independentemente de saber-se se existe ou não, os atributos de *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* são facilmente deduzidos. Também é evidente que o sucesso do argumento anselmiano depende da nossa abertura de espírito a argumentos metafísicos.

Seguindo a lógica do argumento, *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* é algo que não pode ser confundido com coisas falsas pois vemos as consequências do que é ser o supremo pensável. Vemos também que Deus pelos seus atributos não pode ser entendido por uma relação de semelhança ou compreendido à luz do conhecimento das espécies e dos géneros (Cf. *Responsio Editoris*, cap. VI, VII e VIII, p.59-61). Quem entende esta fórmula sabe o que dela esperar logicamente. Para juntar a isto, Anselmo diz-nos que “estar no intelecto segue-se de que é entendido” (*Responsio Editoris*, cap. II, p.55, 27-28) e assim dissipa alguns dos equívocos de Gaunilo. Parece haver um apelo por parte de Anselmo à lei da fala<sup>22</sup> aliada à experiência interior exposta em *De Magistro*.

Assim em relação à segunda crítica, já reparámos que Anselmo defende que a sua expressão é minimamente compreensível, resta-lhe agora demonstrar como é que nos podemos referir à existência real do *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*. É isto que Anselmo faz no cap. IX do *Responsio Editoris*. Ora vejamos, posso ouvir uma palavra e percebê-la sem ter que me dirigir necessariamente para uma coisa específica

---

<sup>21</sup> A expressão “o maior de todos” faz Deus depender de uma relação de supremacia enquanto que a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado* nega à partida algo que possa ser superior a Deus e torna-o insuperável na ordem do pensar. Isto é algo que Anselmo defende na obra *Monologion*.

<sup>22</sup> “ (...) lei da razão, inscrita nas nossas mentes (...)” (*De Magistro*, cap. VIII, p.82, 31-32).



na minha mente, mas simplesmente saber que essa mesma palavra se pode referir a algo. Tal é o caso de palavras que usamos correntemente no nosso dia-a-dia como “inefável” ou “impensável”<sup>23</sup>. O que Anselmo nos quer dizer é que a realidade em si da expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*, ou seja, os seus atributos, é que são difíceis de entender porque nós, enquanto seres humanos, não usufruímos de tais atributos mas podemos entender que eles se aplicam à substância divina de acordo com a lógica do argumento. Por isso, ainda que o ateu queira renegar a existência de Deus, ele não pode negar a argumentação racional de Anselmo. Podemos negar a realidade da expressão anselmiana mas não podemos negar-lhe o sentido, e como tal podemos atribuir, pelo menos, alguma validade à conjectura de tal expressão. Também não convém esquecer que, segundo a regra de ser-se o *maior pensável*, é melhor existir necessariamente do que existir contingentemente.

## 6. Considerações finais

Gaunilo, não obstante as suas críticas pertinentes e demonstrar uma forte influência de Agostinho, parece também ele ter caído no problema de interpretar correctamente as palavras que são escutadas<sup>24</sup>, algo que o hiponense tanto alertou em *De Magistro*. Por outro lado, Anselmo demonstrou um forte conhecimento de linguagem pela maneira como articulou a sua poderosa argumentação. No entanto estamos perante três pensadores cujo objectivo final é o mesmo: argumentar correctamente quer seja acerca da existência de Deus quer seja acerca da interpretação da realidade.

Sem grandes pretensões, até poderíamos dizer que a doutrina do Mestre interior agustiniana pode reforçar a argumentação anselmiana sobre a existência de Deus. Deste modo, poderia ser estabelecida uma interessante conjunção entre a intuição e a lógica pois estamos perante duas teorias metafísicas e sujeitas à desvalorização ou preconceito exactamente pela sua validade semântica. Certamente atribuímos toda a razão a Agostinho quanto ao conhecimento do mundo sensível pois este é apreendido de maneira muito óbvia; mas quanto às verdades que não conseguimos captar pelos sentidos, podemos optar por dois caminhos ou até mesmo transformá-los num só. Ao ouvirmos a expressão anselmiana de Deus, não obstante aceitarmos a sua coerência lógica, poderemos procurar no nosso interior a verdade semântica de tal expressão e assim constatar se é verdadeiro ou falso as palavras que ouvimos. Se aceitarmos a verdade da argumentação anselmiana à luz da teoria da linguagem interior de Agostinho, então teremos não só enriquecido ambas as teorias de tão ilustres filósofos mas também prestamos homenagem ao contributo que a tão desvalorizada época medieval prestou à Filosofia.

---

<sup>23</sup> “ (...) nada impede dizer-se *inefável*, embora não possa dizer-se aquilo que é *inefável* e da mesma maneira que pode ser pensado *impensável*, embora não possa ser pensado aquilo a que se aplica não pensável, assim, quando se diz *maior do que o qual nada pode ser pensado*, sem dúvida que o que é ouvido pode ser pensado e entendido embora aquela realidade *maior do que a qual nada pode pensar-se* não possa ser pensada ou entendida” (*Responsio Editoris*, cap. IX, p.62, 4-10).

<sup>24</sup> Constatamos este facto quando Anselmo critica Gaunilo por ter interpretado Deus com a expressão “o maior de todos” pois desta expressão não se segue necessariamente todos os atributos divinos e por conseguinte não tem a mesma força que a expressão *algo maior do que o qual nada pode ser pensado*.

## **Bibliografia:**

Agostinho, Santo, *O Mestre (De Magistro)*, Introdução e comentários de Maria Leonor Xavier, Tradução de António Soares Pinheiro, Porto, Porto Editora, 1995.

Anselmo, Santo, *Proslogion* seguido do *Livro em Favor de um Insensato (Pro Insipiente)*, de Gaunilo, e do *Livro Apologético (Responsio Editoris)*, de Anselmo, Tradução, introdução e comentários de Costa Macedo, Porto, Porto Editora, 1996.

Mesquita, A. P., «O Conflito das Racionalidades: A Propósito da Crítica Kantiana do Argumento Ontológico», in *Religião, História e Razão da Aufklärung ao Romantismo*, coord. de M. J. do Carmo Ferreira e L. Ribeiro dos Santos, Lisboa, Edições Colibri/Centro e Departamento de Filosofia da FLUL, 1994, pp.125-146.

Xavier, M. L., «O Argumento Ontológico: Kant e Anselmo», in *Religião, História e Razão da Aufklärung ao Romantismo*, coord. de M. J. do Carmo Ferreira e L. Ribeiro dos Santos, Lisboa, Edições Colibri/ Dep. de Filosofia da FLUL, 1994, pp.107-123.

Xavier, M. L., «O argumento anselmiano: um argumento ontológico?», in *Revista Agora Filosófica*. Revista Semestral do Departamento de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, Ano 1 (Recife, 2001) nº2, pp. 66-81.